

# Intérpretes de línguas orais e intérpretes de Libras: semelhanças e diferenças na formação, atuação e status social<sup>1</sup>

Teresa Dias Carneiro\*

## 1. Introdução

Num primeiro momento englobada nos Estudos da Tradução, a área dos Estudos da Interpretação só foi denominada como tal no início da década de 1990.<sup>2</sup> Inicia-se enraizada em comentários e observações sobre a prática e atualmente progride para um campo disciplinar com diversos modelos teóricos e empíricos, metodologias e paradigmas, fortemente influenciado por desdobramentos da pesquisa interdisciplinar (Pöchhacker, 2004).<sup>3</sup>

A pesquisa na área surgiu com o estabelecimento de programas acadêmicos e publicação de literatura sobre o assunto. Em geral, a pesquisa focaliza três áreas principais: processo cognitivo, preocupações profissionais e com mercado de trabalho, e formação e treinamento. Do campo principal e tradicional da interpretação de conferências, a pesquisa na área tem percebido grande expansão, incluindo a interpretação

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi parcialmente apresentado no VII Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da ABRATES, em 2016.

\* Teresa Dias Carneiro é doutora em Estudos da Linguagem (PUC-Rio, 2014) e professora adjunta de Estudos da Tradução do Departamento de Letras-LIBRAS, UFRJ.

<sup>2</sup> Ao que se sabe, as duas primeiras ocorrências da denominação “Estudos da Interpretação” (em inglês, *Interpretation Studies* ou *Interpreting Studies*) ocorreram em 1992, por Daniel Gile, no discurso de abertura do Congresso de Estudos da Tradução na Universidade de Viena, e em 1993, num artigo publicado por Heidemarie Salevsky, *The Distinctive Nature of Interpreting Studies*, em **Target** 5:2 (1993), p. 149–167. Veja Pöchhacker, 2004, p. 39.

<sup>3</sup> Veja especialmente o Capítulo 2, intitulado “Evolution” (Pöchhacker, 2004, p. 27-46).



comunitária, em tribunais, na área de saúde, para a mídia, de videoconferências, de acompanhamento, remota, e, por último, mas não menos importante, a interpretação em línguas de sinais.

Apesar do interesse acadêmico atual pela tradução e interpretação em línguas de sinais no Brasil e em outros países do mundo, haja vista o número crescente de dissertações de mestrado e teses de doutorado, focalizando não só os Estudos de Tradução em Línguas de Sinais, mas também os Estudos Linguísticos e Literários, além da área da História da Surdez e aspectos culturais da comunidade surda, os intérpretes de Libras no Brasil ainda não se veem como pertencentes ao grupo seletivo e socialmente prestigiado dos intérpretes de línguas orais. Só muito recentemente esses intérpretes começaram a participar de congressos e eventos da área de tradução/interpretação, aventurando-se fora de seus nichos tradicionais, para estabelecerem trocas acadêmicas e profissionais com os tradutores e intérpretes de línguas orais. Por outro lado, os congressos e eventos da área começam a abrir espaço em suas áreas temáticas para a Tradução e Interpretação em Língua de Sinais, como no XII Encontro Nacional de Tradutores e VI Encontro Internacional de Tradutores da ABRAPT, ocorrido em Uberlândia, em 2016. Nas edições mais recentes do Congresso Internacional de Tradução e Interpretação da ABRATES (Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes), também foi organizada uma sala para apresentações e discussões sobre tradução e interpretação em Libras.

A pesquisadora Karen Bontempo (Bontempo, 2015) aponta algumas razões para o crescente reconhecimento pela sociedade e pela academia do trabalho dos intérpretes de línguas de sinais: aumento da profissionalização, trabalho acadêmico inovador em realização no campo, introdução do ensino em nível superior e oportunidades de aprendizado para os intérpretes de língua de sinais. No caso do Brasil, a isso fica acrescida a regulamentação da profissão do tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, ocorrida por meio da promulgação da Lei 12.319, em 1 de setembro de 2010. Desde então, as empresas, universidades, escolas, órgãos do governo e instituições em geral vêm tendo que se

adequar ao novo status da profissão, e a todas as exigências que o cumprimento da lei acarreta.

## 2. Pressupostos teóricos

Apesar de evidências históricas mostrarem que a interpretação como atividade nas áreas do comércio, diplomacia e negociações de guerra data de milhares de anos, a história moderna da interpretação inicia-se há apenas 100 anos, com as negociações do Tratado de Versalhes, após a I Guerra Mundial, centrada principalmente na interpretação de conferências (Pöchhacker, 2004, p. 28). Esse novo campo de estudos logo chamou a atenção dos psicólogos pesquisadores, que se interessaram principalmente pela simultaneidade da escuta e da fala em dois idiomas diferentes e por medições do lapso de tempo ocorrido entre uma e outra.

Na década de 1960, impulsiona-se a profissionalização dos intérpretes devido à criação de escolas de tradução/interpretação e à fundação de associações internacionais como a FIT (International Federation of Translators) e a AIIC (International Association of Conference Interpreters), esta última na década de 1950. Esses desdobramentos contribuíram para o início das pesquisas acadêmicas, capitaneadas principalmente por Danica Seleskovitch, que, além de ter ocupado a função de secretária executiva da AIIC no início da década de 1960, também foi uma das fundadoras da ESIT, École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs, em Paris, estabelecendo uma íntima ligação entre a prática profissional, o treinamento em nível universitário e uma linha de pesquisa em tradução/interpretação na Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle (Pöchhacker, 2004, p. 28-29 e p. 35). Seleskovitch buscou substituir a noção de conversão ou substituição linguística (“transcodificação”) pela noção de compreensão impulsionada pelo conhecimento (*knowledge-driven comprehension*) seguida pela reexpressão do que o intérprete havia entendido. O que hoje pode parecer senso comum (tradução/interpretação baseada no sentido e não em mera substituição de palavras), na época surgiu como um grande avanço. Sua Teoria Interpretativa da Tradução ou *théorie du sens*, desenvolvida em sua tese de doutorado, com base em corpus experimental, mostrou que até mesmo as notas dos intérpretes

tomadas durante a fase de escuta, na tradução consecutiva, eram mais indicadoras de sentido como uma representação mental do que reflexões de um processo de tradução palavra por palavra. Os resultados de sua pesquisa tiveram grande impacto sobre o treinamento de intérpretes.

Um novo desdobramento das pesquisas na área de interpretação, liderado pelos intérpretes/pesquisadores Daniel Gile e Barbara Moser-Mercer, no Ocidente, na década de 1980, concentrou-se na interdisciplinaridade e no processamento bilíngue, criando laços com as perspectivas da neurofisiologia e da neuropsicologia, já então buscando entender o processo cognitivo da interpretação (Pöchhacker, 2004, p. 36-39).

Conforme a língua principal das pesquisas na área foi migrando paulatinamente do francês para o inglês e com a criação das primeiras publicações acadêmicas sobre interpretação (*The Interpreters' Newsletter* e *IRTIN Bulletin*), sentiu-se a necessidade de criar um campo separado para as pesquisas em interpretação em relação às pesquisas em tradução. Foi só no Congresso de Estudos da Tradução em Viena, em 1992, que os palestrantes da plenária (Daniel Gile, Hans Vermeer e José Lambert) tiveram a ideia de batizar esse campo, cada vez mais crescente em importância, de “Estudos da Interpretação” (Pöchhacker, 2015). Desde então, viu-se uma ampliação considerável desse campo, com a continuação das pesquisas interdisciplinares envolvendo áreas da medicina, da psicologia e da neurolinguística, das pesquisas em linguística textual (coesão e intertextualidade, estudos do discurso ou análise do discurso), preocupações com o treinamento e a avaliação, e também mais recentemente estudos voltados para uma “sociologia da interpretação”, focada na interação, no papel do intérprete na sociedade e em sua autoimagem. Nesta última vertente, destacam-se os trabalhos de Cynthia Roy e Cecilia Wadensjö, tanto na interpretação de línguas orais quanto de sinais. Ressalto, nesse campo, especialmente, o trabalho de Roy sobre as definições, descrições e metáforas em relação ao papel dos intérpretes (Roy, 1993). Sua análise metalinguística das metáforas e epítetos usados com referência à interpretação ajuda a explicar por que o papel do intérprete tem sido percebido como passivo, assemelhando-se a um conduto, e por que poucas vezes temos conseguido captar plenamente a natureza do

discurso interpretado e da interação. Roy foi professora na Gallaudet University, única universidade totalmente dedicada a alunos surdos, nos EUA, onde foi essencial na criação de um currículo básico para o mestrado em interpretação. Atualmente é Coordenadora do Bacharelado em Interpretação em American Sign Language (ASL)/Inglês na Indiana University, em Indianápolis.

É com base nessa abordagem sociológica da interpretação que faço três perguntas de pesquisa para me pautar durante a investigação sobre as semelhanças e diferenças percebidas na formação, atuação e status dos intérpretes de línguas orais, em comparação com os intérpretes de línguas de sinais, no Brasil. São elas:

1. O que difere na formação do intérprete de Libras e do intérprete de línguas orais no Brasil?

2. O que difere na prática profissional do intérprete de Libras e do intérprete de línguas orais no Brasil?

3. Como essas diferenças interferem ou influenciam o status de que uns e outros gozam perante a sociedade brasileira e a comunidade acadêmica?

### 3. Metodologia

Reynaldo Pagura escreveu sua tese de doutorado (FFLCH, USP, 2010) intitulada *A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação dos intérpretes brasileiros*, em que apresenta um histórico bastante detalhado da atuação e da formação dos intérpretes de línguas orais no Brasil. Tendo como pano de fundo o trabalho de Pagura referenciado acima, iniciei uma pesquisa sobre a atuação e a formação do intérprete de Libras. Logo me chamaram a atenção os estudos de Silvana Aguiar dos Santos, em especial sua dissertação de mestrado (Educação, UFSC, 2006), intitulada *Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades*, e um artigo (Santos, 2010), e o livro de Andréa da Silva Rosa abaixo referenciado (Rosa, 2005). A metodologia deste estudo está calcada na comparação das observações trazidas dos pesquisadores citados acima, visando a lançar luz sobre o que aproxima e o que afasta as duas categorias de profissionais, resultando em algumas conclusões e

apresentação de tendências na atuação e formação dos intérpretes de Libras no Brasil.

#### 4. Resultados

##### 4.1 A formação dos intérpretes no Brasil

Segundo Napier (2015), em termos mundiais, o aspecto da profissionalização é o fator mais distintivo entre a formação dos intérpretes de línguas orais e de sinais, devido à maneira como essa atividade se tornou uma profissão, nos dois casos. Enquanto a interpretação de línguas orais ganhou reconhecimento profissional em ambientes de conferências, a atividade da interpretação de línguas de sinais foi se tornando uma profissão nos ambientes comunitários (assistência médica, jurídica e em outros serviços públicos a surdos). Dessa forma, os intérpretes de línguas de sinais, tradicionalmente, se acostumaram antes a trabalhar em ambientes dialógicos e interativos do que com interpretação simultânea unidirecional, típica da interpretação de línguas orais. É fato que a atividade da interpretação de línguas orais data de tempos imemoriais, mas, como profissão, ela surge principalmente com a interpretação dos julgamentos de Nuremberg, no final da Segunda Guerra Mundial. O que é percebido em termos mundiais se repetiu, em linhas gerais, no Brasil.

É interessante notar que, mais recentemente, os intérpretes de línguas de sinais, tradicionalmente mais atuantes em ambientes comunitários, vêm tendo sua presença cada vez mais percebida no ambiente de conferências. Em sentido contrário, os intérpretes de línguas orais, tradicionalmente mais presentes no ambiente de conferências, vêm abrindo caminho profissional mais notável nos últimos tempos na interpretação comunitária, muito devido a questões de imigração interna e externa ao país, com grande número de refugiados se deslocando mundialmente nos últimos anos. Esses indivíduos necessitam muito de serviços de interpretação em órgãos públicos para regularização de documentação, serviços públicos de saúde e educação. Eles são uma população que não se prepara para imigrar, não buscando, portanto, aprender a língua do país antes da movimentação, pois muitas vezes nem sabem qual país vai acolhê-los. É somente quando se estabelecem que vão

procurar aprender a língua do país de chegada, sem saber muito de costumes e aspectos culturais. A presença ou não do intérprete comunitário, nesses casos, pode significar uma melhor ou pior acomodação desses refugiados no novo país.

#### 4.1.1 Intérpretes de línguas orais

A interpretação desponta como profissão no Brasil a partir da segunda metade da década de 1940, o mercado de interpretação de conferências começa a se consolidar na década de 1960 e a primeira universidade a oferecer a interpretação como habilitação na graduação (Letras) foi a PUC-Rio, em 1968. A primeira associação de intérpretes, a Associação Profissional de Intérpretes de Conferências (APIC), foi fundada em 1971. Em 2003, o curso de interpretação da PUC-Rio passa a ser oferecido na modalidade especialização (pós-graduação lato sensu). Nesse período e depois disso, outras universidades criaram seus próprios cursos de interpretação, em nível de graduação, extensão ou pós-graduação, como a PUC-SP, somente para citar um exemplo (Pagura, 2010).

Nos primórdios da interpretação no Brasil, essa atividade era exercida por muitas pessoas oriundas de famílias bilíngues, sem treinamento formal. E, mesmo depois da criação dos cursos universitários, sempre houve quem desse preferência a cursos de formação livres, como o respeitado Alumni em São Paulo, por terem uma configuração menos longa ou mais flexível do que os cursos universitários. De qualquer forma, já há muitos anos e cada vez mais, quem se interessa por entrar para a profissão procura um curso formal para aprender técnicas e embasar ou aprofundar conhecimentos intuitivos. De forma que é lícito dizer que, atualmente, entrar e se manter na profissão sem treinamento formal é quase impossível, devido às exigências crescentes do mercado e dos clientes, e pela própria concorrência entre colegas de profissão.

#### 4.1.2 Intérpretes de Libras

A formação dos intérpretes de Libras (ILS) vinha ocorrendo, até muito pouco tempo atrás, de forma muito diversa da relatada acima. A maioria dos intérpretes hoje em atuação no país surgiu principalmente em três

instâncias: (1) no seio da família, devido à existência de cônjuges, irmãos, pais ou filhos surdos (sendo valorizados e respeitados especialmente os CODAs – Child of Deaf Adults, isto é os filhos ouvintes de pais surdos que aprenderam língua de sinais em casa, como primeira língua), (2) nas igrejas, principalmente evangélicas, pela criação de cursos de Libras para a comunidade e necessidade de interpretação nos cultos, e (3) em cursos livres organizados pelas associações de surdos e/ou pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) (Santos, 2010). Muitos dos que frequentaram esses cursos não se tornaram efetivamente intérpretes de Libras, pois as motivações eram muito díspares, como aprofundar o conhecimento da Libras ou se integrar melhor na comunidade surda. Outra forma muito frequente de formação do ILS foi por meio de cursos de extensão, de curta duração, focando em vários tipos de modalidade de interpretação, mas dando ênfase à interpretação simultânea. Foi somente em 2006 que surgiu o primeiro curso de Letras-Libras, na UFSC, em decorrência da nova legislação.

Na esteira da legislação específica da área,<sup>4</sup> houve um aumento da demanda por tradutores/intérpretes de Libras/português, não só no ambiente educacional/acadêmico, mas também para atuarem em conferências, por professores de Libras (para atuarem em todos os níveis de escolaridade, mas também no ensino superior ministrando a disciplina de Libras obrigatória/opcional) e por professores bilíngues Libras/português preparados para trabalharem em turmas mistas inclusivas no ensino fundamental e médio. Para formar profissionais plenamente capacitados a atuar nessas áreas, as universidades foram instadas a criar cursos de graduação para suprir essa demanda, mas as necessidades não param de crescer. A magnitude dos efeitos multiplicadores decorrentes da legislação promulgada nos últimos anos está se fazendo sentir de maneira muito forte

---

<sup>4</sup> Trata-se basicamente: (1) da Lei no 10.436/2002, que instituiu a Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, (2) do Decreto no 5.626/2005, que determinou a formação do professor de Libras em nível médio e superior, definindo o perfil mínimo para o exercício da profissão, e incluiu a Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia e optativa para outros cursos e (3) da Lei no 12.319/2010, que regulamentou a profissão de Tradutor/Intérprete de Libras.



em todas as áreas mencionadas, sem que se possa ainda inferir qual será seu ponto ótimo.

Nas pesquisas acadêmicas, o universo a esse respeito é amplo: pesquisa linguística envolvendo Libras, pesquisa em tradução/interpretação no par português/Libras, pesquisa histórica do ensino de surdos e da constituição das entidades representativas dos surdos no Brasil, pesquisa literária tratando da literatura surda e pesquisa cultural sobre as manifestações culturais surdas. Todo esse vasto campo está ainda em seus primórdios, com recente impulso a pesquisas acadêmicas e produção de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado para formação de massa crítica nessas áreas de estudos.

No que tange especificamente ao ensino de surdos em nível superior, a curiosidade é rivalizada pelo desconhecimento desse assunto, em grande parte por razões históricas. Até o início da década de 1980, poucas pessoas com deficiência tinham acesso à educação superior no Brasil. Foi a partir da instituição do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (1981) e da Década das Nações Unidas para a Pessoa com Deficiência (1983-1992), que a discussão sobre a situação de exclusão social vivenciada por essas pessoas se iniciou, ocasionando paulatinamente uma ampliação de seu acesso à educação superior. Porém, as formas de acesso não eram adaptadas, isto é, somente os que não apresentassem necessidades educacionais especiais, não exigindo mudanças acentuadas nos processos seletivos, obtinham sucesso. Mais recentemente, as autoridades brasileiras vêm alcançando avanços consideráveis na garantia do acesso da pessoa com deficiência à educação superior, através de leis e regulamentos que legalizem esses direitos. Em relação aos surdos, a presença de um intérprete de Libras em sala de aula foi legalmente garantida e as instituições de ensino estão precisando se adaptar a essa nova realidade, bem como a fazer processos seletivos adaptados para esses alunos.

#### 4.2 A prática profissional dos intérpretes no Brasil

No que tange ao mercado de trabalho, a atuação das duas categorias também é significativamente diferente.

#### 4.2.1 Intérpretes de línguas orais

A grande maioria dos intérpretes de línguas orais no Brasil trabalha como freelancer, devido à quase inexistência de órgãos internacionais com sede no Brasil, o que justificaria a contratação de profissionais com carteira assinada. Os profissionais autônomos trabalham em regime de contratação por evento ou série de eventos, principalmente na modalidade simultânea, em congressos e eventos internacionais, conforme demanda. A atividade é caracterizada por uma inconstância no fluxo de trabalho e condições de trabalho ainda não totalmente satisfatórias, como a falta de acesso ao material da conferência com antecedência, por desorganização ou desconhecimento da coordenação dos eventos ou pela negação de muitos palestrantes que temem a quebra do sigilo ou do ineditismo do conteúdo da palestra se disponibilizarem o texto com antecedência. O mercado freelance, portanto, confere algumas vantagens e desvantagens à atuação dos intérpretes de línguas orais. Ao mesmo tempo em que o profissional tem flexibilidade de horários, podendo harmonizar com outras atividades, como a revisão e a tradução autônomas, a incerteza a respeito do fluxo de trabalho e, conseqüentemente, do fluxo de remuneração gera ansiedade e muito estresse para os envolvidos. Como o mercado freelance é muito competitivo, isso gera uma necessidade constante de atualização e aperfeiçoamento por parte dos profissionais e a formação de grupos fechados de intérpretes em torno de coordenadores de eventos e agenciadores, o que constitui uma barreira não desprezível para os novatos ingressarem na profissão.

Há considerações também a serem feitas em relação à modalidade, modo de interpretação e direcionalidade. Em termos de modalidade, os intérpretes de línguas orais trabalham de forma unimodal, isto é, as duas línguas entre as quais ele interpreta são do mesmo modo. As duas línguas são áudio-orais, em que é produzida e ouvida uma palavra de cada vez, de forma linear. Em termos de modo (ou técnica) de interpretação, a fim de evitar o “choque” entre duas línguas orais sendo usadas ao mesmo tempo, os intérpretes de línguas orais normalmente trabalham de forma simultânea em ambientes de conferências, quando existe equipamento à

disposição (com a presença de fones de ouvido) e no modo consecutivo em comunicações dialógicas face a face em ambientes comunitários, reuniões, seminários, apresentações monológicas ou pequenas conferências, utilizando também a técnica da interpretação sussurrada em alguns casos. Quanto à direcionalidade, é historicamente mais frequente que os intérpretes de línguas orais trabalhem da sua L2 para a sua L1, isto é, de sua língua estrangeira ou segunda para a sua língua materna ou primeira. No mercado freelance no Brasil, mais recentemente, a sugestão é que os intérpretes de línguas orais devem trabalhar tanto para a sua língua materna quanto para a estrangeira.

#### 4.2.2 Intérpretes de Libras

De novo, nesse quesito, percebem-se diferenças marcantes na atuação dos intérpretes de Libras. Em seus primórdios, a formação do intérprete de Libras não visava, principalmente, a profissionalização, mas sim a filantropia. Associações, comunidades de surdos e igrejas atuavam no sentido de que os surdos tivessem intérpretes disponíveis para lhes acompanhar a consultas médicas, a audiências em tribunais, consultas a advogados ou entrevistas em órgãos públicos (Santos, 2006).

Além dessa modalidade tradicional de interpretação para a comunidade, a atuação principal do ILS no mercado de trabalho se dá na interpretação educacional. Já na Lei das Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394, de 20/12/1996, Capítulo V – Da Educação Especial, essa função já é aventada, apesar de não se mencionar o título “intérprete de língua de sinais” por se tratar da Educação Especial como um todo, no Artigo 58, Parágrafo 1: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender peculiaridades da clientela de educação especial.” Somente talvez em quarto lugar, a interpretação simultânea em conferências apareça nas possibilidades de atuação do ILS, atrás da interpretação institucional, apesar de que esse quadro vem dando indícios de mudança mais recentemente.

Outra grande diferença em relação aos intérpretes de línguas orais, oriunda da lei que regulamentou a profissão do intérprete de Libras de 2010 (é bom lembrar que, no imenso campo profissional de tradutores e

intérpretes, somente os tradutores juramentados e os intérpretes de Libras são regulamentados no Brasil), é a incidência significativa de concursos públicos para provimento de vagas de tradutor/intérprete de Libras e contratação em regime de CLT de intérpretes de Libras, em crescente número no Brasil, possibilidade quase inexistente para os intérpretes de línguas orais.

Quanto às considerações em relação à modalidade, ao modo de interpretação e à direcionalidade, em termos de modalidade, os intérpretes de línguas de sinais trabalham de forma bimodal, isto é, as duas línguas em questão funcionam em diferentes modalidades: enquanto a língua oral é linear,

a língua de sinais é visual-gestual e simultaneamente incorpora o uso de vários articuladores, incluindo a cabeça, expressão facial (olhos, sobrancelhas, bocas, lábios e bochechas), ombros, corpo, ambas as mãos e os dedos, e o espaço frontal do corpo para co-construir sinais lexicais (conteúdo da mensagem) e transmitir informações temporais e gramaticais (Napier, 2015, p. 132).

Isso gera consideráveis esforços físicos e cognitivos e doenças ocupacionais, sendo uma das preocupações específicas dos intérpretes de línguas de sinais o risco de danos por doenças ocupacionais devido à natureza da interpretação bimodal.

Assim sendo, os intérpretes recebem uma mensagem em uma língua fonte em uma modalidade, compreendem a mensagem, processam-na e analisam-na visando a achar o equivalente semântico na língua meta, reformulam a mensagem na língua meta, enquanto asseguram que normas linguísticas e culturais sejam incorporadas, e depois produzem o texto meta em uma modalidade diferente. Os intérpretes de língua de sinais frequentemente trabalham mais de forma simultânea do que consecutiva, então, enquanto produzem a elocução meta em uma modalidade, continuam a receber e processar a próxima mensagem da língua fonte em uma modalidade diferente, monitorando e ajustando a última elocução meta, conforme necessário e, conscientemente, fazendo ligações coerentes com a próxima elocução ainda não transmitida. O processo físico da

produção de sinais cria uma carga biomecânica e de tensão muscular que pode causar lesões. Uma pesquisa feita por Madden (2005, apud Bontempo, 2015) sugere que os intérpretes de língua de sinais têm uma tendência nítida para contraírem doenças ocupacionais devido à probabilidade do esforço repetitivo dos pulsos, braços, pescoço e ombros, enquanto sob pressão para processar e representar as palavras de outra pessoa. A tarefa demanda mais do que simplesmente “falar” em uma língua de sinais, de forma que os danos não são necessariamente vivenciados em altos índices pelos surdos. Parece ser a tarefa da interpretação para outra pessoa que acrescenta uma camada de tensão ao processo e aumenta o risco de doença ocupacional em intérpretes de língua de sinais.

Em relação ao modo ou técnica de interpretação, os intérpretes de línguas de sinais — em que uma língua é silenciosa e não há interferência entre as duas línguas de trabalho, não necessitando, portanto, de equipamento — trabalham com muito mais frequência de forma simultânea. Contudo, é bom frisar que existem intérpretes de línguas de sinais que trabalham de forma unimodal. São intérpretes com frequência surdos que interpretam de uma língua de sinais para outra, se utilizando muitas vezes de intérpretes espelho,<sup>5</sup> em ambientes de conferências ou comunitários.

Já em relação à direcionalidade das línguas, os intérpretes de línguas de sinais interpretam muito mais no sentido de sua L2 (Libras) do que para sua língua materna (português), e frequentemente não o fazem na outra direção, por não se sentirem confiantes ou capazes o bastante. Isso se explica pela diferença de estrutura entre as duas línguas. A língua de sinais não possui conectivos, conjunções, preposições etc., que precisam ser

<sup>5</sup> *Mirror interpreters* (“intérpretes espelho”) ou *relay interpreters* são comunicadores intermediários entre intérpretes ouvintes ou surdos e clientes surdos falantes de outra língua de sinais, posicionando-se de frente para o intérprete surdo sinalizante, de forma a transmitir a mensagem em uma língua de sinais ou língua oral em língua de sinais. É muito utilizado quando um intérprete surdo está envolvido no processo ou quando não há intérprete capaz de interpretar de uma língua de sinais diretamente para outra língua de sinais, precisando fazer uma interpretação indireta. A definição de Napier et al. (2006, p. 143) apud Adam, R. et al., em “Deaf Interpreters: An Introduction” é mais restritiva: “intermediary communicator between a non-DI and a deaf client, a deaf presenter and a deafblind client, or a non-DI and a deafblind client” [comunicadores intermediários entre um intérprete ouvinte e um cliente surdo, um apresentador surdo e um cliente surdo-cego ou um intérprete ouvinte e um cliente surdo-cego] (p. 5). Disponível em <http://gupress.gallaudet.edu/excerpts/DIAW.pdf>. Acesso em 08/09/2017.

“acrescentados” quando da versão voz (interpretação da língua de sinais para a língua oral), o que torna a tarefa difícil de ser feita simultaneamente.

Por último, mas não menos importante, é preciso ressaltar as diferenças na relação dos intérpretes de línguas orais e de línguas de sinais com a comunidade. Estes últimos são frequentemente “supervisionados” mais de perto pela comunidade surda quanto a suas habilidades linguísticas e comportamento ético, porque o uso de intérpretes de línguas de sinais pela comunidade surda é mais frequente, às vezes estabelecendo uma relação para a vida toda do usuário com o intérprete. Além disso, os surdos foram em grande parte responsáveis pela profissionalização dos intérpretes, tanto no Brasil quanto no mundo (Napier, 2015, p. 135). Foi basicamente a reboque das lutas da comunidade surda para ter seus direitos assegurados que a legislação referente a direitos humanos foi se modificando a partir da década de 1980 e 1990 em vários países do mundo, reforçando assim os direitos das minorias linguísticas, inclusive dos surdos. A ideia de que o intérprete era um ajudante foi se modificando paulatinamente, na mesma proporção em que a luta pela acessibilidade foi se reforçando. A principal consequência desse processo foi o fato de que a interpretação passou a ser encarada como uma profissão de pleno direito, e não mais como ajuda ou “quebra-galho”.

Muito diferente é a relação dos intérpretes de línguas orais, principalmente os que atuam em conferências, com os usuários da interpretação. O fato de ficarem destacados da plateia, protegidos por uma cabine e de não travarem uma relação pessoal com os usuários muda completamente a sua relação com o público. O modelo do distanciamento e da imparcialidade que serve bem para os intérpretes de línguas orais de conferências não se coaduna com o papel do intérprete de línguas de sinais junto à comunidade. Muitas vezes o intérprete de língua de sinais que atua profissionalmente para um surdo é o mesmo que, mais tarde, vai estar com ele em algum evento social da comunidade e que pode até ser seu amigo pessoal. Essa situação é impensável no caso dos intérpretes de línguas orais que atuam em conferências, a menos que seja por uma grande coincidência. O caso dos intérpretes comunitários de línguas orais pode ter mais pontos de contato com os intérpretes de línguas de sinais, mas as pesquisas sobre o

papel dos intérpretes comunitários de línguas orais é ainda muito escassa no Brasil para que se possa fazer algum tipo de afirmação como essa.

#### 4.3 Status da profissão

##### 4.3.1 Intérpretes de línguas orais

De modo geral, apesar de as condições de trabalho e o reconhecimento ainda não serem sempre ideais para os intérpretes de línguas orais no Brasil, estes gozam de um status valorizado perante a sociedade. O público, em geral, considera difícil a prática da interpretação de forma simultânea ou consecutiva de uma língua para a outra. É comum se ouvirem relatos do tipo: “Falo bem o inglês, mas quando uma vez me chamaram para interpretar uma reunião, tive um ‘branco’ e não consegui dizer nada.” O público desconhece que os intérpretes não nascem prontos, mas passam por processo de formação exaustivo até se sentirem seguros para encarar os primeiros trabalhos profissionais. O mesmo não se dá em relação à atividade da tradução, pois mesmo pessoas que passaram alguns meses em intercâmbio em outros países ou frequentam o curso intermediário de uma língua estrangeira se consideram aptas a traduzir. Há, portanto, uma diferença nítida de status entre intérpretes e tradutores de línguas orais, sendo o trabalho dos primeiros mais valorizado, por seu suposto maior grau de dificuldade.

##### 4.3.2 Intérpretes de Libras

Antes mesmo de se considerar o status do ILS com base em sua formação e profissionalização, deve-se ressaltar que grandes parcelas da sociedade consideram a língua de sinais não uma língua *per se*, mas a “linguagem dos surdos”, um espelhamento da língua oral correspondente, uma linguagem sinalizada e não uma língua com estrutura e funcionamento próprios. Além disso, a forma como a maior parte da sociedade percebe a comunidade surda, isto é, a partir de um olhar clínico sobre a surdez e pelo viés da medicalização, não contribui para que as línguas de sinais gozem de uma valorização semelhante às línguas orais e, conseqüentemente, que seus intérpretes desfrutem de status semelhante aos intérpretes de línguas orais.

O baixo status dos ILS vem mudando aos poucos, devido à sua organização e à criação de associações próprias, bem como à filiação a associações de tradutores e intérpretes gerais, em vários espaços nacionais. A maior atenção dada pela pesquisa acadêmica e as investigações de pesquisadores sobre línguas de sinais, sejam eles do campo da Linguística, dos Estudos de Tradução e Interpretação e dos Estudos Literários, vem também contribuindo para que os ILS sejam vistos sob uma nova ótica.

Mas o que falta para que os ILS passem a se valorizar e se equiparar profissionalmente a outros intérpretes, em sua autoimagem e forma de representação? Ainda é reduzido o número de ILS que se inscrevem nas suas associações, que dirá nas associações de intérpretes em geral. Como se viu, nem sempre a sua situação e suas condições de trabalho são efetivamente piores do que a dos intérpretes de línguas orais, então como se explica e se perpetua a sua baixa estima? A questão da remuneração, que mereceria uma investigação mais detalhada em pesquisas futuras, é um aspecto muito importante porque é notável — vide a tabela de valores sugeridos do SINTRA — a diferença de remuneração entre os ILS e os intérpretes de línguas orais. Outras questões que justificariam pesquisas futuras são uma comparação da situação dos ILS no Brasil com outros países, principalmente a França, país berço da Libras e do ensino de surdos no Brasil.<sup>6</sup>

## 5. Conclusões

Como visto acima, nos quesitos formação, atuação e status social, há nítidas diferenças entre as duas categorias de intérpretes, mas também alguns pontos de contato significativos. Esforços conjuntos entre intérpretes de línguas orais e ILS só trariam benefícios para ambas as classes: os ILS ganhariam mais apoio e representatividade profissional, e os intérpretes de línguas orais teriam reforços em número de profissionais cuja profissão é regulamentada, trazendo inclusive um apoio para a própria

---

<sup>6</sup> O início da história de educação de surdos no Brasil se deu em 1857, com a fundação da primeira instituição federal de ensino para surdos, o atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). O imperador D. Pedro II convidou um professor surdo da França, E. Huet, que foi um ator muito importante na fundação dessa escola e na criação de uma língua de sinais brasileira, fortemente influenciada pela língua de sinais francesa.



regulamentação de sua profissão. Um alinhamento maior com o setor da interpretação de línguas orais a respeito de problemas em comum e maiores oportunidades globais para cooperação ajudaria todos os intérpretes a compartilharem informações e conhecimento, melhorando o campo, de forma colaborativa. Esforços nesse sentido já vêm sendo feitos pela maior associação da classe no Brasil, a Abrates (Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes), que vem abrindo espaço no seu congresso anual com painéis sobre a tradução/interpretação de Libras e fomentando a afiliação desses profissionais para reforço de seus quadros. O SINTRA (Sindicato Nacional dos Tradutores) passou a incorporar na sua tabela de valores de referência um link para a tabela dos intérpretes de Libras, dando maior visibilidade à classe e um parâmetro de cobrança muito acessado por clientes para remuneração desses profissionais. Do mesmo modo, o SINTRA vem fomentando o ingresso dos ILS em seus quadros, inclusive, em alguns momentos, fazendo uma ação para a filiação conjunta com a Abrates, com desconto no pagamento, para todos os tradutores e intérpretes em nova filiação.

O Brasil vem se destacando por sediar eventos internacionais de grande importância, no campo não só dos esportes, mas também em todos os campos profissionais e acadêmicos. Com a chegada dos surdos ao ensino superior e com a ocupação de cargos no passado só preenchidos por pessoas ouvintes, a necessidade do trabalho conjunto entre ILS e intérpretes de línguas orais que já estão trabalhando lado a lado em eventos precisa se solidificar, com a criação de regras de atuação nos eventos e organização dos numerosos intérpretes que esses eventos demandam. Enfim, ainda há muito a fazer para fomentar essa parceria, mas o pontapé inicial já foi dado. Esperemos mais desdobramentos na atuação profissional, na formação e na pesquisa acadêmica em relação à tradução/interpretação de línguas orais e de sinais que deem conta de todo interesse percebido e de todas as necessidades que ainda estão se fazendo perceber.

## Referências

BONTEMPO, K. Signed Language Interpreting. In: MIKKELSON, H. & JOURDENAIS, R. (ed.) **The Routledge Handbook of Interpreting**. New York: Routledge, 2015, p. 112-128.

NAPIER, J. Comparing Signed and Spoken Language Interpreting. In: MIKKELSON, H. & JOURDENAIS, R. (ed.) **The Routledge Handbook of Interpreting**. New York: Routledge, 2015, p. 129-143.

PAGURA, Reynaldo. **A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação dos intérpretes brasileiros**. Tese (Doutorado em Letras), FFLCH, USP, 2010.

PÖCHHACKER, F. **Introducing Interpreting Studies**. New York: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. Evolution of interpreting research. In: MIKKELSON, H. & JOURDENAIS, R. (ed.) **The Routledge Handbook of Interpreting**. New York: Routledge, 2015, p. 62-76.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas: Arara Azul, 2005.

ROY, C. The problem with definitions, descriptions, and the role metaphors of interpreters. In: PÖCHHACKER, F. & SHLESINGER, M. (ed.) In: **The Interpreting Studies Reader**. New York: Routledge, 2002, pp. 344-353.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades**. Dissertação (Mestrado em Educação), UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação acadêmica e profissional. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis, v. 2, n. 26, p.145-164, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145>. Acesso em 21 de novembro de 2017.

## Resumo

Os Estudos da Interpretação só mais recentemente vêm se interessando pela interpretação em línguas de sinais, em consequência do reconhecimento das línguas de sinais em vários países do mundo e da

regulamentação da profissão de tradutor/intérprete de língua de sinais em alguns deles. No Brasil, percebem-se algumas diferenças, bem como semelhanças, entre os intérpretes de línguas orais e de Libras quanto à sua formação, prática profissional e status social. O objetivo deste estudo é, portanto, investigar esses aspectos, com enfoque teórico historiográfico e sociológico da tradução/interpretação.

*Palavras-chave:* Estudos da Interpretação; interpretação de línguas de sinais; interpretação de línguas orais; sociologia da tradução; historiografia da tradução

### **Abstract**

Interpreting Studies only recently have been increasing their interest in sign language interpreting, as a consequence of the recognition of sign languages all over the world and the regulation of the profession of sign language translator/interpreter in some countries. In Brazil, some differences – but also some similarities – between spoken language interpreters and Brazilian sign language (Libras) interpreters as for their training, professional experience and social status are noteworthy. Therefore, this paper aims at looking into some of these aspects, theoretically founded on the historiography and sociology of translation/interpretation.

*Keywords:* Interpreting Studies; sign language interpreting; spoken language interpreting; sociology of translation; translation historiography